

SORAYA ARAUJO UCHOA CAVALCANTI
(ORGANIZADORA)



DIVERSIDADE

E INCLUSÃO SOCIAL


Atena
Editora
Ano 2022

SORAYA ARAUJO UCHOA CAVALCANTI
(ORGANIZADORA)



DIVERSIDADE

E INCLUSÃO SOCIAL


Ano 2022

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadora: Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D618 Diversidade e inclusão social / Organizadora Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-867-7

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.677222001>

1. Diversidade. 2. Inclusão social. I. Cavalcanti, Soraya Araujo Uchoa (Organizadora). II. Título.

CDD 306.4

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A coletânea *Diversidade e Inclusão Social* apresenta 11 (onze) artigos que colocam em evidência questões relacionadas às temáticas diversidade e inclusão social de diferentes públicos e suas singularidades nos distintos cenários da atual conjuntura.

Apresentamos assim trabalhos decorrentes de: ensaios teóricos, pesquisa-ação, pesquisas qualitativas e quantitativas, narrativas (auto) biográficas, estudo de caso, revisão de literatura, levantamento bibliográfico, dentre outros.

O primeiro texto apresenta a experiência vinculada a disciplina de Pesquisa em um curso de Graduação junto ao acesso à saúde reprodutiva trans masculina no Sistema Único de Saúde – SUS. O segundo, apresenta os resultados de pesquisa qualitativa sobre questões de gênero a partir de narrativas (auto) biográficas. Já o terceiro coloca em discussão a violência contra a mulher e discute a terminologia cultura do estupro, trazendo importantes discussões sobre o seu uso e suas implicações.

O quarto artigo discute as questões relacionadas ao dispositivo sexualidade nas narrativas midiáticas. Já o quinto texto apresenta os resultados da pesquisa sobre questões de gênero no contexto de mulheres rurais. O sexto artigo, por sua vez apresenta os resultados da pesquisa sobre as representações sociais de professores sobre inclusão social em classes regulares da educação básica.

O sétimo texto apresenta os resultados da pesquisa sobre transfobia no ambiente escolar, apontando importantes contribuições os impactos na vida adulta. Já o oitavo artigo apresenta os resultados da pesquisa sobre a diversidade étnico-racial na educação especial.

O nono artigo apresenta os resultados da pesquisa sobre o uso da dança como prática educacional inclusiva em espaços escolares. O décimo artigo apresenta um estudo de caso sobre educação especial e inclusiva para alunos de uma pública. E finalmente, nosso último texto que discute aspectos da educação especial inclusiva, suas particularidades e desafios na atual conjuntura.

Dessa forma, convidamos o leitor a navegar pelos textos ora apresentados, rever conceitos, adentrar nas discussões e traçar os próprios caminhos de modo a contribuir com a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população usuária dos serviços.

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

ACESSO À SAÚDE REPRODUTIVA TRANS MASCULINA NO SUS NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA-PB: PROPOSTA DE PESQUISA-AÇÃO

Maria Imaculada de Andrade Moraes

Beatriz Alves Gomes de Lima

Maria Eduarda Souza da Silva

Maria do Socorro Vidal

Rafael Nicolau Carvalho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6772220011>

CAPÍTULO 2..... 16

AZUL É DE MENINO, ROSA É DE MENINA? QUESTÕES DE GÊNERO ATRAVÉS DE NARRATIVAS (AUTO) BIOGRÁFICAS DISCENTES NO ENSINO FUNDAMENTAL

Janine Dorneles Pereira

Jorge Luiz da Cunha

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6772220012>

CAPÍTULO 3..... 29

VIOLÊNCIAS SEXUAIS CONTRA AS MULHERES: A –NÃO- CULTURA DO ESTUPRO

Véronique Durand

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6772220013>

CAPÍTULO 4..... 37

O DISPOSITIVO DA SEXUALIDADE E AS NARRATIVAS MUDIÁTICAS SOBRE DILMA ROUSSEFF

Elizabeth Christina de Andrade Lima

Rafael Maracajá Antonino

Rafaella dos Santos Porfírio

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6772220014>

CAPÍTULO 5..... 51

CAMINHOS E DESCAMINHOS DE MULHERES RURAIS: DISCUTINDO QUESTÕES DE GÊNERO E EMPODERAMENTO

Hareli Fernanda Garcia Cecchin

Temis Gomes Parente

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6772220015>

CAPÍTULO 6..... 65

REPRESENTAÇÃO SOCIAL E INCLUSÃO: BUSCANDO NOVOS CAMINHOS

Ana Laura Schliemann

Angela Maria Baltieri Souza

Clarilza Prado de Sousa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6772220016>

CAPÍTULO 7.....	76
TRANSFOBIA NO AMBIENTE ESCOLAR: IMPACTOS PSICOLÓGICOS E SOCIAIS NA VIDA ADULTA	
Rafael Carneiro da Silva Franco	
Erika Conceição Gelenske Cunha	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6772220017	
CAPÍTULO 8.....	93
DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DO MUNICÍPIO DE PATOS - PB: O QUE NOS DIZ O CENSO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DE 2018	
Antonio Wlisses Alves Benício	
Maylle Alves Benício	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6772220018	
CAPÍTULO 9.....	101
A DANÇA COMO PRÁTICA EDUCACIONAL INCLUSIVA NOS ESPAÇOS ESCOLARES	
Juliana Regina Crestani	
Eduarda Eugenia Dias de Jesus	
Pedro Jorge Cortes Morales	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6772220019	
CAPÍTULO 10.....	110
“EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NA ETEC “ORLANDO QUAGLIATO” – ESTUDO DE CASO	
Reinaldo Luiz Selani	
Ricardo Aparecido Selani	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.67722200110	
CAPÍTULO 11.....	119
UMA BREVE REFLEXÃO ACERCA DE CRIANÇAS COM AUTISMO NO PERÍODO DE ALFABETIZAÇÃO	
Adriana Silveira Monteiro Rodrigues	
Caroline Gomes de Souza	
Cleonice Silveira Monteiro	
Dulcineide Domitila Junglos	
Elias da Silva Macedo	
Jucely Modesto de Souza	
Luciana Silveira Monteiro	
Lucimara dos Santos Luiz	
Roseli Silveira Monteiro da Costa	
Rosilda Silveira Monteiro	
Mayara Pereira Jorge	
Tatiane da Silva Ortellado	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.67722200111	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	133
ÍNDICE REMISSIVO.....	134

CAPÍTULO 1

ACESSO À SAÚDE REPRODUTIVA TRANS MASCULINA NO SUS NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA-PB: PROPOSTA DE PESQUISA-AÇÃO

Data de aceite: 10/01/2022

Data de submissão: 08/11/2021

Maria Imaculada de Andrade Morais

Universidade Federal da Paraíba - UFPB
João Pessoa – PB
<http://lattes.cnpq.br/4685021170814887>

Beatriz Alves Gomes de Lima

Universidade Federal da Paraíba - UFPB
João Pessoa – PB
<http://lattes.cnpq.br/3433735679842419>

Maria Eduarda Souza da Silva

Universidade Federal da Paraíba - UFPB
João Pessoa – PB
<http://lattes.cnpq.br/7555704654211471>

Maria do Socorro Vidal

Universidade Federal da Paraíba - UFPB
João Pessoa – PB
<http://lattes.cnpq.br/8224965048098423>

Rafael Nicolau Carvalho

Universidade Federal da Paraíba-UFPB
João Pessoa -PB
<http://lattes.cnpq.br/3494692575372499>

RESUMO: Este trabalho é produto das atividades didático-pedagógicas desenvolvidas no componente curricular Pesquisa em Serviço Social do Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). A proposta de pesquisa-ação foi construída durante o semestre letivo de 2021. Para sua construção, foram realizadas diferentes

atividades de aproximação com o objeto a partir de leituras, pesquisa bibliográfica, contatos com atores estratégicos para conhecer a realidade pesquisada, levantamento de dados secundários e inúmeras reuniões de tutoria para a formatação da proposta. A metodologia adotada para sua reflexão e construção foi a Metodologia Ativa, que prioriza a liberdade do pensar, a autonomia do discente, a pesquisa e a busca constante de aprimorar os conhecimentos. O projeto tem por objetivo propor ações de implementação e fomento para uma práxis conscientizadora a respeito da negligência assistencial na saúde reprodutiva dos usuários trans masculinos no SUS em João Pessoa - PB. Com base na metodologia da pesquisa-ação, pretende-se construir um acervo teórico sobre as condições de vida e saúde da população trans masculina de João Pessoa-PB, por meio de pesquisa bibliográfica, entrevistas com os homens trans do Coletivo Petris. Pretende-se ainda realizar encontros com os homens trans para discutir o acesso às condições de saúde e visitas às unidades básicas de saúde do município que atendem a essa população, além de promover ações de sensibilização e capacitação, de modo aproximar as demandas da população e os profissionais de saúde. Espera-se, com o desenvolvimento do projeto, facilitar o acesso dos homens trans aos serviços de saúde, inclusive de saúde reprodutiva, bem como reduzir as negligências e as violências simbólicas que podem ocorrer no ambiente institucional dos serviços.

PALAVRAS-CHAVE: Transgênero. Saúde Reprodutiva. Acesso à Saúde. LGBTQIA+.

ACCESS TO TRANS MALE REPRODUCTIVE HEALTH IN SUS IN THE MUNICIPALITY OF JOÃO PESSOA-PB: ACTION RESEARCH PROPOSAL

ABSTRACT: This work is a product of the didactic-pedagogical activities developed in the Social Service Research curricular component of the Undergraduate Course in Social Service at the Federal University of Paraíba (UFPB). The action research proposal was built during the 2021 academic semester. For its construction, different activities were carried out to approach the object from readings, bibliographical research, contacts with strategic actors to know the researched reality, survey of secondary data and numerous tutoring meetings to format the proposal. The methodology adopted for its reflection and construction was the Active Methodology, which prioritizes freedom of thought, student autonomy, the research and the constant search to improve knowledge. The project aims to propose actions to implement and foster an awareness-raising praxis regarding care negligence in the reproductive health of male trans users in SUS in João Pessoa - PB. Based on the methodology of action research, it is intended to build a theoretical collection about the living conditions and health of the trans male population of João Pessoa-PB, through bibliographical research, interviews with trans men from Coletivo Petris. It is also intended to hold meetings with trans men to discuss access to health conditions and visits to basic health units in the municipality that serve this population, in addition to promoting awareness and training actions, in order to bring together the demands of the population and health professionals. It is expected, with the development of the project, to facilitate the access of trans men to health services, including reproductive health, as well as to reduce negligence and symbolic violence that can occur in the institutional environment of the services.

KEYWORDS: Transgender. Reproductive Health. Access to Health. LGBTQIA+.

1 | INTRODUÇÃO

O desenvolvimento da presente proposta ocorreu no componente curricular Pesquisa em Serviço Social no semestre letivo 2021.1, do curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Este componente, por sua vez, teve como objetivo promover uma discussão entre os discentes acerca da produção de conhecimento e a importância da pesquisa científica para a profissão, bem como da prática investigativa para a formação profissional.

As dimensões investigativa e interventiva, no âmbito da formação e no exercício profissional, são decorrentes de transformações sociais da realidade brasileira frente às expressões do seu objeto de intervenção, a “questão social”, no marco da sociedade capitalista. Nessa direção, a complexa teia que se forma no contexto situado suscitou respostas particulares dos assistentes sociais à realidade brasileira.

Para tanto, o projeto pedagógico desde a década de 1990 contribui para a formação profissional a partir de um conjunto de valores e diretrizes que norteiam estrategicamente um perfil profissional. Como aborda Guerra (2009), a dimensão investigativa no exercício profissional fortaleceu as demais dimensões do exercício profissional – dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas, técnico-operativas –, partindo da observação dessas

como princípio formativo central e da relação entre teoria e prática em um contexto de consolidação da teoria social crítica.

Nessa direção, é importante destacar que a pesquisa, enquanto elemento investigativo, assume um papel fundamental no processo de fazer ciência, colaborando, assim, para a construção do conhecimento; para o fomento do arcabouço teórico-crítico; com a comunicação com outras áreas do conhecimento, além de refletir criticamente e esmiuçar a essência entrelaçada em dada temática social.

Sendo assim, na dimensão investigativa, que se soma à pesquisa enquanto elementos componentes e norteadores da formação e do exercício profissional, almejam-se “requisitos para o desenvolvimento da pesquisa científica, e, finalmente, o papel da investigação da realidade na formulação do projeto de intervenção e da intervenção propriamente dita.” (GUERRA, 2009, p.2).

Outra questão importante refere-se ao uso das Metodologias Ativas como estratégia de mediar os processos de ensino e de aprendizagem, particularmente com o uso das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC), tendo em vista a modalidade de ensino remoto emergencial, que caracterizou o referido período letivo. Esse tipo de abordagem, com o uso das metodologias ativas, requer a inversão dos papéis tradicionais no processo de ensino, em que o aluno é um agente passivo. Os alunos assumem, então, nessa nova abordagem, um papel de protagonistas, definindo temas, escolhendo os conteúdos conforme seus interesses, e o professor, por sua vez, assume a função de mediador e de interlocutor dos projetos desenvolvidos pelos discentes.

Com base nisso, surgiu o interesse em desenvolver essa intervenção, a partir da aproximação com o objeto: a saúde da população trans masculina. Dessa forma, delimitou-se a seguinte temática: “Ações de implementação para o acesso à saúde reprodutiva trans masculina no SUS no município de João Pessoa-PB”. Para tanto, este projeto compreenderá, inicialmente, uma investigação nas unidades de saúde públicas do município, sendo elas: Complexo de Doenças Infecto Contagiosas do município e Unidades de Saúde da Família e, posteriormente, a elaboração de ações para suplantam o atendimento negligente, higienista e preconceituoso que, como observado, muitas vezes é destinado aos homens trans que procuram o sistema de saúde.

Em 2013, por meio da Portaria N°2803/13 do Ministério da Saúde, o Processo Transexualizador, um programa que visa garantir assistência médica à população trans, redefiniu suas bases que, anteriormente, atendiam apenas a mulheres transexuais, para que também fosse viabilizado o acesso aos homens transgêneros. (BRASIL, 2013). Estes, conforme Almeida (2012 apud Monteiro, 2017), são compreendidos como “pessoas que foram inicialmente assignadas como ‘mulheres’ ao nascer, mas que, no curso da sua constituição como sujeitos, se opuseram a essa determinação”. Todavia, apesar do avanço proporcionado pelo dispositivo normativo em questão, há um despreparo que corrobora a incapacidade de garantir o direito constitucional à saúde.

Ademais, chama-se atenção para as várias formas de os homens trans vivenciarem a sua sexualidade, sendo possível que estes engravidem “na medida em que não realizaram a histerectomia, não usam testosterona ou que interromperam a reposição hormonal por algum motivo, pelos que não utilizam nenhuma forma de contraceptivo e pelos que desejam.” (MONTEIRO, 2017, p.5).

Percebe-se que as ações de saúde direcionadas aos homens trans são apenas para a atenção ao processo de transição, contudo, a atenção à saúde é prejudicada quando essa população busca atendimento para outras demandas de saúde, como exemplo, uma gravidez, que para o homem trans, reveste-se de grande complexidade, em virtude das próprias condições de saúde, que podem estar debilitadas, e pela falta de preparo das equipes para atender essa necessidade, o que pode produzir ações discriminatórias em um espaço que deveria produzir cuidado.

Embora a saúde seja um direito garantido a qualquer cidadão mediante a Constituição Federal de 1988, percebe-se que ainda são poucos os trabalhos científicos produzidos sobre a saúde da população que foge dos padrões cisgêneros e binários. A falta de pesquisa caracteriza, então, uma negligência assistencial que reverbera também nas unidades de saúde de João Pessoa e consecutivamente na falta de procura por parte dos homens trans e identidades trans masculinas.

A problemática que permeia a efetivação do acesso à saúde por pessoas trans masculinas é erroneamente resumida ao processo de transição hormonal e de mamoplastia masculinizadora. Com isso, neste trabalho, busca-se evidenciar a saúde reprodutiva deles. Tendo em vista que esse tema possui referências mínimas ou de pouco alcance, faz-se necessário criar medidas para que os trans masculinos também possam se dirigir às unidades de saúde à procura de consultas médicas e encontrarem lá um ambiente no qual se sintam acolhidos, sem enfrentar qualquer forma de preconceito.

O que há, de fato, é uma situação de genitalismo, na qual se reduz o gênero do usuário atendido a um suposto discurso de “sexo biológico” definido pelo seu sistema reprodutor. Assim, muitas das vezes o motivo pelo qual esses sujeitos não fazem exames de sua saúde íntima é resultado dessa redução identitária infringida pelos profissionais de saúde, isso quando decidem finalmente buscar esses serviços (BENTO, 2008).

Quando se fala de uma estrutura cisgênera e binária, pensa-se que ela nasce no berço do sistema familiar. Como exemplo, quando o Chá de Revelação define primordialmente que o “sexo” da criança é algo fundamental e datado a partir de seu genital, algo inclusive a ser comemorado. Esse sistema de produção e reprodução identitária atinge e aliena não só quem faz parte da cisgeneridade, mas também a população trans, tornando a gravidez ou minimamente o cuidado à saúde ginecológica e obstétrica repudiável, e muitas vezes motivo de cisforia, um termo usado por Vergueiro (2015) para definir a autonegação ao corpo trans, imposta pela sociedade.

Destarte, no decorrer da presente proposta, busca-se retratar, em uma nova

perspectiva, quais pontos de negligência se encontram em evidência no processo de saúde e assistência à população trans masculina e como a população cisgênero, que é a propulsora dessa violência e criadora desse sistema, pode se perceber enquanto real sujeito da pesquisa, visto que o problema não está nos indivíduos que não condizem com a estrutura, mas a própria base é “o sujeito” que a reproduz em seu ciclo de reafirmação compulsória.

Ao redirecionar essa perspectiva, a partir dos meios de debates acadêmicos/teóricos, intenta-se trazer formas de ação reflexiva, para que se possa construir bases didáticas e afirmativas que reeduquem os profissionais de saúde às questões transvestigêneres. Assim, busca-se formular ações de sensibilização e educativas para uma práxis anti-cisnormativa que transforme e exproprie o corpo “padrão” de atendimento e garanta o que preconizam os princípios da universalidade: integralidade e equidade no serviço público de saúde.

Nesse cenário, o problema que norteia este projeto de pesquisa-ação é: a saúde trans masculina é resumida e abreviada ao processo de transição por parte da equipe técnica e institucional? Como abordar a questão da gravidez na população trans masculina?

2 | DELIMITAÇÃO DO MARCO TEÓRICO

A presente proposta considera discutir o conceito de cisgeneridade como crítica decolonial, a partir da perspectiva da crítica decolonial embasada pela pesquisadora e ativista Viviane Vergueiro. O termo cisgênero teve seus primeiros usos referenciados por um homem trans holandês, chamado Carl Buijs, em 1995, para falar de pessoas que não são trans, ou seja, para se referir a pessoas cuja identidade de gênero está em concordância com o gênero que lhe foi atribuído ao nascer. Vale salientar que a anatomia é desde sempre gendrada, cirurgiada pela cultura do gênero e pelas formas de conhecer e representar nos termos binários.

Conforme apresenta Vergueiro (2012, p. 05), ao utilizar o conceito de cisgeneridade de modo analítico, consegue-se “desautorizar discursos e práticas que naturalizam a norma cisgênera, compreendendo as individualidades transgêneras e não-cisgêneras, portanto, como posições marginais e de resistência à dominação colonial cisgênera”.

Nesse sentido, a utilização do conceito de cisgeneridade pode atuar na desestabilização das normas de gênero que se fazem presentes na contemporaneidade, já que coloca em questão e problematiza a normatividade, ao invés de se atentar aos corpos tidos como desviantes. Nesses termos, esse é um conceito-prática de intervenção social. Dessa maneira, ao utilizar esse conceito-prática, as marcas culturais e as relações de poder enredadas nos corpos e gêneros são evidenciadas, demonstrando o caráter falho da perspectiva que toma tanto o corpo quanto o gênero como naturais e imutáveis.

Com isso, abre-se espaço para problematizações sobre as certezas dos gêneros e permitindo também que os privilégios da cisgeneridade sejam desvelados e explicitados.

Ademais, talvez seja importante uma ressalva sobre os propósitos desse conceito, pois se trata de um esforço no sentido de encontrar formas de se referir às normalidades corporais e de identidades de gênero, sem recorrer a terminologias que, de uma maneira ou de outra, partem da naturalidade ou superioridade cisgênera – como, por exemplo, o uso de termos como “biológico” e “de verdade” para designar pessoas que não sejam trans travestis.

Posteriormente, o termo cisnormatividade foi empregado por ativistas transfeministas para dar visibilidade à população trans, fazendo com que se denunciem situações cotidianas em que pessoas cisgêneras têm acesso a privilégios que são negados às pessoas trans, como os direitos básicos à cidadania, a título de exemplo. Ou seja, a cisgeneridade diz respeito à norma que funciona produzindo uma precarização da vida de pessoas trans e garantindo direitos e liberdade a pessoas cisgêneras.

A teoria decolonial é um caminho de luta contra a violência provocada pela hegemonia da ciência colonial/moderna, que legitimou e foi legitimada pela colonização europeia iniciada na América no final do século XV e levada, nos séculos seguintes, a praticamente toda a camada mais alta da sociedade.

Assim, percebe-se que a cisgeneridade afirma-se como uma norma estrutural e criadora de uma matriz ideal, a supremacia branca, e/ou o patriarcado que se impõe como regra e aceito como padrão de “normalidade”, dentro de signos da “verdade”, por ser um “normal determinado biologicamente”, difundido e consolidado pelo projeto colonizador. A medicina, em sua vertente hegemônica, cria uma base em que os corpos que fogem do padrão de família tradicional, harmônica e saudável são corpos doentes, anormais e detentores de um possível distúrbio. O corpo que passa por esse processo de dor, sofrimento ou alterações e que não atende aos padrões impostos desencadeia um problema social, a Cisgeneridade Compulsória. (VERGUEIRO, 2015).

Ao imprimir ideias binárias, o sistema se torna opressor, visto que não contempla corpos que, em suas socializações, ramificam-se e reproduzem suas próprias ideias de gênero, sexo e sexualidade, que, por sua vez, compreendem apreensões históricas e sociais, pois as novas formas de expressar tais categorias surgem durante diferentes períodos históricos. Isso se confirma através do registro da primeira travesti brasileira, Xica Manicongo, registrada pela Igreja Católica no século XVI, dentre as negras escravizadas e sequestradas.

Além disso, sua história foi resgatada pelos movimentos sociais, após estudos sobre a inquisição no Brasil, relacionando sua história com as questões de gênero e sexualidade. Jesus (2019, p. 1)¹ ilustra que

[...] a estória de Xica Manicongo, natural do Congo e escravizada, registrada oficialmente como Francisco, conhecida atualmente como a primeira travesti da História do Brasil, considerando os registros de sua existência, derivados os arquivos da Primeira Visitação da Inquisição. (JESUS, 2019, p.1)

1 Para maior aprofundamento sobre a história de Xica Manicongo, sugere-se a leitura do texto “XICA MANICONGO: a transgeneridade toma a palavra” (2019), sistematizado pela autora Jaqueline Gomes de Jesus.

Xica Manicongo teve seu nome social atribuído postumamente por Marjorie Marchi, militante travesti negra, presidente da ASTRA-Rio (Associação de Travestis e Transexuais do Rio de Janeiro). Durante a sua vida, Xica precisou contestar inúmeras vezes o sistema cisnormativo, que pretendia “enquadrá-la” e, diante dessa realidade, Xica se colocou como resistência.

Todavia, ela foi denunciada à Igreja, por ocasião da visita da Inquisição, sob acusação de sodomia e de outros crimes, já que tal crime também incluía outras práticas, como, por exemplo, vestir-se com roupas do gênero diferente do seu, quando não fosse em ocasiões de festas e jogos. Diante disso, chama-se atenção para a permissividade, que vai ao encontro do controle sobre os corpos e define como estes devem se portar socialmente, sob prejuízo à vida. Tais elementos presentes na constituição da sociedade encontravam-se legitimadas a partir da ordem ideológica religiosa e da figura legitimadora imposta pelo homem cisnormativo, mediante as relações sociais à época. Xica Manicongo se viu obrigada a seguir os padrões impostos pela cisgeneridade, suprimindo a sua sexualidade para que sua vida não fosse ameaçada.

Não obstante, é possível observar a presença dessas relações de poder na sociedade contemporânea. Entretanto, também se mantêm resistentes os movimentos sociais de defesa dos direitos da população trans. Em 2010, foi lançado o Troféu Xica Manicongo, voltado aos Direitos Humanos, à Cultura e à promoção da cidadania de travestis e transexuais.

Ainda sob os aspectos relacionados às questões de gênero, este é considerado por estudiosos um elemento mutável e multifacetado. As expressões transmasculinas, homens e identidades “transmasc.”, que foram designadas mediante a genital enquanto mulheres ao nascer, não passam de uma das diversas possibilidades de experimentar sexo, gênero e sexualidade perante o processo histórico (BOURDIEU, 2003). O possível adoecimento desses corpos só torna o processo difícil e insalubre para os usuários dos serviços de saúde pública, com útero, que decidem usufruir do atendimento a gestantes, já que há uma ideia de “maternidade” binarista e estruturalmente transfóbica e sexista.

A imposição de que a gravidez é um papel social feminino faz com que se crie um bloqueio para muitos homens trans, afastando-os do sistema de saúde, culturalmente conservador, e pode corroborar para situações constrangedoras e violentas, somadas à ineficácia do instrumento jurídico, que se mantém disperso, moroso e pouco acessível, somado à dificuldade de exercer cotidianamente a plena cidadania e o direito a vivências que se distanciam da cisnormatividade.

A temática sobre a qual se debruça essa proposta recebe, também, a colaboração teórica do estudo realizado pela pesquisadora Anne Monteiro (2017), com metodologia qualitativa, a partir da coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturadas e individuais, a busca em sites e redes sociais, visando apreender contribuições de homens trans em processo de gestação, estes situados em diversas regiões do país e com identidade

protegida. Dentre estes, foi acompanhado um homem trans do estado da Paraíba.

Nesse ínterim, a pesquisadora sistematizou tais dados no artigo intitulado “Cavalos - Marinhos: Gestação e Masculinidades Trans”. Essa pesquisa soma   temática ora tratada, pois fornece a percepção do tema sob a  tica dos próprios sujeitos que vivenciaram o processo de gestação e porque provoca reflexões a respeito dessa temática que, na maioria das vezes, é compreendida e restrita, com associação direta   maternidade e   feminilidade. Todavia, é preciso refletir e compreender que a gestação também   parte componente e não contrária do que é ser homem, como defende Monteiro (2017).

A autora destaca a recorrência percebida nos relatos das pessoas a respeito de como se sentem no processo gestacional e aponta para d vidas a respeito da criação dos filhos, receio do preconceito social, considerando também que este ocorra entre outros homens trans que decidiram não gerar. Um dos participantes do estudo, identificado de forma fictícia como Cláudio, expressa o seguinte, conforme é exposto por Monteiro

Ao descrever como é para ele ser um homem trans e estar grávido, ele conta que, dentre outras coisas, o fato de ele ter gestado o filho não significa que ele não é homem ou que ele é menos homem. É a partir disso que os homens trans com os quais eu tenho dialogado d o sentido   potência que há em seus corpos de gerar e parir com suas masculinidades. (MONTEIRO, 2017, p.8).

Antes do processo gestacional ou durante ele, o homem trans busca assistência no serviço de saúde, mas há as fragilidades do sistema em atendê-lo, e a sociedade percebe e responde às demandas postas por dada população. Logo, “a possibilidade de uma gestação paterna posta pelos homens trans grávidos desestabiliza a gravidez como atributo exclusivo que compõe o feminino e a feminilidade” (MONTEIRO, 2017, p.8). Como resposta a isso, são evidenciados o preconceito e o despreparo tanto institucionais como no convívio social, o que poderá provocar violações e anulação às pessoas que buscam os serviços institucionais e também o convívio social.

3 I OBJETIVOS DA PESQUISA-AÇÃO

Assim, delimitaram-se os seguintes objetivos para a proposta:

3.1 Objetivo Geral

Propor a es de implementa o e fomento para uma práxis conscientizadora a respeito da negligência assistencial na saúde reprodutiva dos usuários trans masculinos no SUS em João Pessoa - PB.

3.2 Objetivos Específicos

- Averiguar a Cisnormatividade e percebê-la enquanto propulsora de um apagamento histórico e social da Transgeneridade;
- Sistematizar e propor uma abordagem de ensino e de a o que desconstrua

a ideia de cisgeneridade como norma para garantir o acesso aos serviços de saúde sem limitar a demandas específicas;

- Intervir nos espaços digitais e físicos de atendimento à saúde pública do município de João Pessoa para implementação de ações que contribuam para a desconstrução do preconceito existente sobre os corpos trans;
- Contribuir para a plena cidadania de pessoas trans, sob a ótica decolonial da pesquisa voltada para a cisgeneridade, que desloca o “corpo alvo”, “corpo exótico” ou “corpo objeto”, visando garantir o direito básico à saúde e ao respeito.

4 | METODOLOGIA

Considerando que a temática se mostra ainda incipiente no tocante a investigações, adotaram-se procedimentos metodológicos que compreendem o conceito de pesquisa-ação.

Almagro et al (2018) expõem que “a pesquisa-ação entendida como investigação-ação é um termo genérico para qualquer processo que siga um ciclo no qual se aprimora a prática pela oscilação sistemática entre agir no campo da prática e investigar a respeito dela” (ALMAGRO et al., 2018, p. 63). Apesar de os autores considerarem o termo genérico, a ideia que se exprime é o aprimoramento do agir, por meio do movimento de aproximação com o campo, tanto através da prática como da investigação. Assim, a pesquisa-ação assume contornos bem particulares.

Albuquerque et al (2009) apontam que “a pesquisa-ação permite associar ao processo de investigação a possibilidade de aprendizagem, pelo envolvimento criativo e consciente tanto do pesquisador como dos demais integrantes” (ALBUQUERQUE, et al. 2009, p. 719). Desta feita, a metodologia da pesquisa-ação pode ser compreendida como um processo de aprendizagem, ou seja, na busca de conhecer o campo de intervenção/pesquisa, há possibilidade de produção de conhecimentos e de aprendizagem que repercutem no fomento das práticas. Sob esses aspectos, ainda há poucas fontes teóricas e poucos dados coletados a respeito da saúde reprodutiva trans masculina, e vê-se que a intervenção só é possível depois de prévia pesquisa e sistematização de dados constitutivos e essenciais sobre os usuários do serviço em desenvolvimento.

Com base nesses preceitos da pesquisa-ação, propõe-se esta pesquisa para encontrar uma solução para o problema coletivo encontrado e delimita-se um processo gradativo de intervenção que inclui: a coleta dos dados concretos através das visitas às unidades de saúde e, com isso, a comprovação da negligência identificada e motivadora deste projeto; a análise e a significação desses dados, que serão qualitativos (em alguns casos até subjetivos), isto é, adquirindo a percepção notória de um sistema que se diz universal, mas que, em sua prática, mostra-se excludente; a já identificada necessidade de mudanças estruturais para encontrar as soluções sugeridas neste projeto; a ação

interventiva de fato que poderá contribuir com a superação ou mudança dessa realidade para esses homens que buscam o acesso à saúde pública, um direito que vem sendo negligenciado.

Como estratégias de intervenção utilizar-se-á: a apresentação de conteúdos didáticos e instrutivos para capacitação adequada dos profissionais da saúde, desconstruindo a cisgenderidade como norma fundante do acesso à saúde pública; a composição de material informativo no meio digital para realização de campanhas de conscientização, assim como a confecção de banners e cartazes a serem afixados nas unidades de saúde; a criação de dinâmicas de trabalho que estimulem a inclusão e presença dos diversos corpos nos variados espaços de poder que compõem uma unidade de saúde para, assim, garantir a cidadania plena das pessoas trans e gerar uma mudança a longo prazo nas comunidades alcançadas.

4.1 Universo

Dados sobre a população trans no Brasil são escassas ou inexistentes. De acordo com estimativas da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), a população trans corresponde a cerca de 2,0% da população brasileira. Esse dado é apenas uma estimativa, pois essa população é excluída dos censos populacionais. Sabe-se que em 2018, a Defensoria Pública da União fez uma solicitação ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que incluía questões sobre a identidade de gênero nos próximos censos. Essa falta de identificação nas pesquisas oficiais dificulta a identificação da população e o planejamento de serviços públicos que atendam às suas demandas. Assim, a fonte mais segura de informações sobre a população trans consiste nos relatórios e boletins da ANTRA. (CEDEC, 2021).

Dessa forma, foram usados dados não oficiais fornecidos pelo Coletivo Petris (Coletivo de Homens Trans de João Pessoa), apontando-se o acompanhamento rotineiro de 150 homens trans residentes do município de João Pessoa, que buscam acessar o sistema público de saúde. Acredita-se na existência de um universo quantitativo maior de homens trans no município, porém não se conseguiu estabelecer essa margem, e, portanto, será utilizado esse número como universo para uma maior aproximação dos pesquisadores com os sujeitos.

4.2 Público beneficiário

Visa-se não apenas intervir na mudança de comportamento e na qualidade de vida e trabalho da população trans masculina de João Pessoa, mas também modificar potencialmente o trabalho dos profissionais com essas pessoas. Desse modo, é necessário, sobretudo, modificar, intervir ou transformar imediatamente a forma como os corpos alvos da negligência apresentada são vistos na sociedade atual. Portanto, as ações envolverão os homens trans atendidos pelo Coletivo Petris e os profissionais de saúde que atendem essa população nos serviços referidos, a saber: Complexo Hospitalar Clementino Fraga,

unidade de referência para doenças infectocontagiosas e Unidades de Saúde da Família.

5 | METAS

META 1 - Montar acervo teórico para consulta, a partir de trabalhos científicos, a respeito do tema para uma futura socialização nos diferentes espaços do serviço de saúde e da comunidade acadêmica.

META 2 - Realizar 1 encontro mensal com homens trans em um espaço que será definido com base no propósito da reunião, que, por sua vez, tem o intuito de apresentar informações jurídicas acerca dos direitos à saúde, bem como fazer o levantamento sobre os serviços demandados durante o mês, se obteve êxito no atendimento e quais seriam as sugestões de implementação.

META 3 - Realizar duas reuniões semanais com os componentes do projeto para sistematizar resultados, socializar pontos alcançados, frustrações, propor ações e deliberar atividades a serem implementadas durante o processo para um alcance maior dos objetivos.

META 4 – Organizar a realização das ações:

Visitar 3 unidades de atenção à saúde no município de João Pessoa, em quatro momentos:

- 1ª visita: reconhecimento, coleta de informações e percepções;
- 2ª visita: momento de atividade – entrega e colagem de banners e cartazes e realização da atividade prática, coletiva ou individual a ser definida posteriormente;
- 3ª Visita: nova coleta de informações a respeito da reverberação da atividade anterior;
- 4ª Visita: devolutiva dos resultados das ações interventivas e proposta de encaminhamentos.

META 5 - MEIO DIGITAL - Produzir vídeos, cartazes e materiais sobre a temática para compartilhar nas redes sociais durante o processo de intervenção, com a possibilidade de manutenção da atuação dessas ações em futuros desdobramentos, subsidiando a reflexão e informação para o fazer profissional.

META 6 - Em 1 encontro mensal, promover rodas de conversa nos espaços de atendimento à saúde para os funcionários acerca do tema e apresentar o quadro de apreensões sobre as possíveis mudanças e implementações. Pretende-se levar a discussão para os profissionais das diversas áreas.

META 7 - ESPAÇOS FÍSICOS - Fazer campanha de adesivagem e de cartazes para que possam ser levadas informações a serem apreendidas através do meio visual.

META 8 - Alcançar índice satisfatório de adesão às atividades propostas durante a intervenção por parte dos profissionais do serviço de saúde visitados e, dessa

forma, contribuir para a plena cidadania dos corpos trans masculinos.

6 | MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

À vista da necessidade de avaliar a execução da intervenção proposta pelo projeto em questão, aponta-se como viável destacar que as ações sempre serão pensadas e desenvolvidas de forma coletiva, sendo todos estudantes do curso de Serviço Social na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). O projeto necessita do financiamento de iniciativa pública para dispor dos recursos de ordem financeira e material para a realização das atividades tanto de análise teórica como da ação prática interventiva que fundamentam as atividades propostas e possibilitam sugerir implementações. Além disso, será feito controle da aplicação dos recursos subsidiados e dos gastos por meio de planilha online, a fim de garantir a ampla transparência do trabalho.

Dessa forma, para monitorar e avaliar o desenvolvimento das etapas da intervenção, foi planejado um espaço de reunião, através do meio digital ou físico, com o intuito de, internamente, alinhar e socializar questões, dificuldades, frustrações e metas alcançadas. Se necessário, propor ajustes nas atividades desenvolvidas, elaborar um roteiro para construção de conteúdo digital, analisar elementos observados nas visitas e dinâmicas que serão oferecidas e verificar a frequência de participação das atividades nas unidades de saúde e nos demais espaços de intervenção.

As reuniões internas para esse fim acontecerão duas vezes na semana, com duração de até 4 horas, ocasião em que será produzida uma ata. Deverão compreender também o alcance dos conteúdos digitais: quantidade de acessos e perfil desse público, as formas de interação através de comentários, curtidas e compartilhamentos que possam problematizar a temática proposta pela equipe nas plataformas Instagram e Facebook, que possuem ferramentas de análise gráfica de alcance e interação.

7 | RESULTADOS ESPERADOS

A partir da implementação deste projeto de intervenção, de caráter pesquisa-ação, espera-se o alcance dos objetivos propostos e que esses tenham repercussão prática e teórica nos espaços acadêmicos e digitais, principalmente nos espaços físicos de assistência à saúde, suscitando a possibilidade de uma ação reflexiva para uma práxis em que o fazer profissional, sem causar prejuízo ao acesso, seja pautado efetivamente no cumprimento dos princípios doutrinários preconizados pelo SUS (Universalidade, Integralidade e Equidade).

Dessa forma, também se vislumbra que a temática possa trazer impactos positivos, que promovam o atendimento igualitário de pessoas trans masculinas, tanto no município de João Pessoa como em âmbito nacional e internacional, em organizações sociais que

porventura estejam tentando alcançar objetivos comuns a este projeto.

Todavia, além de garantir a efetividade do acesso aos serviços demandados durante o itinerário terapêutico por homens trans, espera-se que continuamente seja desenvolvida uma ação de desconstrução da ideia de cisgeneridade enquanto norma, com o fito de contribuir para a plena cidadania de pessoas trans, na tentativa de construir uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária.

8 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização da atividade proposta pela disciplina de Pesquisa em Serviço Social, como instrumento pedagógico aliado ao processo de aprendizagem, consolidou sua importância ao promover entre os discentes a discussão acerca da produção de conhecimento e a importância da pesquisa científica para o Serviço Social, bem como da prática investigativa para a formação profissional. Nesse espaço, o papel do professor também permaneceu sendo de extrema relevância ao apresentar-se como mediador.

Nessa linha, o contato com situações durante o “ensaio prático” no espaço acadêmico nos torna protagonistas, atuantes e fornece parâmetros metodológicos que irão direcionar condutas e interesses por linhas de pesquisa e atuação desde o processo de formação, envolvendo as dimensões da pesquisa, da investigação e da extensão sobre o problema estudado, de forma a propor ações bem fundamentadas para a atuação profissional futura, para além dos limites da academia.

O exercício profissional, é importante ressaltar, terá um nível mais elevado de complexidade. Dessa forma, o desenvolvimento da atividade proposta e a escolha pela temática da qual se aproximou, por meio da metodologia ativa presente na pesquisa-ação, oportunizaram a compreensão dessa realidade, seus discursos, ações e implicações para se dar visibilidade às questões abordadas no decorrer desta comunicação científica.

Durante o processo, foi atribuída autonomia para discutir, pensar e propor atividades enquanto metas, a fim de enfrentar a dificuldade do acesso aos serviços e às violações compreendidas em condutas profissionais e sociais transfóbicas em ambientes que primordialmente deveriam efetivar cuidados para com homens trans, considerando o recorte ora tratado, direcionados à parcela da referida população que engravida. Para tanto, os espaços de discussões entre os componentes que têm o objetivo de expor dúvidas, planejar estratégias / propostas de enfrentamento e ações ilustram um singular desenvolvimento para estudantes e futuros profissionais, que atuam coletivamente e compartilham saberes.

Após as reuniões internas entre os componentes e feitas as devidas sistematizações, a socialização do andamento da investigação e a exposição de ideias no espaço da aula para o professor e demais alunos se configuraram um espaço profícuo de troca de saberes, assimilação de outras temáticas pesquisadas por outros grupos. Também as tutorias com orientações do professor a respeito do material apresentado foram importante elemento

para direcionar o processo de construção do projeto de pesquisa e, como desdobramento, o plano de ação. Ademais, os espaços de discussão online também oportunizaram a identificação de pontos considerados fortes e as fragilidades que poderiam ser melhor trabalhadas e recolocadas entre os componentes para posteriormente ser englobadas ao trabalho.

Outrossim, a relevância social do projeto em questão pode ser observada para além da produção de conhecimento científico, em que potencializa a visibilidade e amplia os espaços de discussões sobre o tema a partir de uma crítica decolonial à cisnormatividade, focando-se em perceber as relações que perpassam os sujeitos violadores nos espaços institucionais e os direitos da população trans em espaços de assistência à saúde.

Com isso, propõem-se estratégias e ações numa perspectiva de desconstrução dos preceitos por vezes higienistas e transfóbicos, utilizando-se de atividades com uma práxis voltada para a reflexão e mudanças coletivas nos espaços de atendimento. Portanto, a importância social deste projeto também se edifica sob a ótica de fornecer subsídios para reflexões quanto a políticas públicas direcionadas à saúde reprodutiva trans masculina e outras demandas no Sistema Único Saúde, pretendendo-se, assim, superar o reducionismo das necessidades nos diversos serviços, de forma a evitar que as pessoas trans sejam constringidas a não buscar ou se afastar dos espaços de cuidados durante o acompanhamento e a resolução de suas diversas questões.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, G. L. BACKES et al. Pesquisa-ação: ferramenta metodológica para a pesquisa qualitativa. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, Goiânia, v.11, n.3, p-717-23. 2009. Disponível em: <<http://www.fen.ufg.br/revista/v11/n3/v11n3a33.htm>> Acesso em 03/11/2021

ALMAGRO, R. C. CAMPOS et al. Pesquisa-ação: uma abordagem prática de pesquisa qualitativa. **Sorocaba: Ensaios Pedagógicos**, vol.2, n.1, jan./abr. 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria nº 2803: Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, 2013. Disponível em:<https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html>Acesso: 10/10/2021

BENTO, Berenice. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **Uma imagem ampliada**. In: BOURDIEU, Pierre. A dominação Masculina. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CEDEC - CENTRO DE ESTUDOS DE CULTURA CONTEMPORÂNEA. Mapeamento das Pessoas Trans na Cidade de São Paulo: relatório de pesquisa. São Paulo, 2021.

GUERRA, Y. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/Abepess, 2009.

JESUS, Jaqueline Gomes de. XICA MANICONGO: A transgeneridade toma palavra. **REDOC**. Rio de Janeiro, v. 3 n.1, Jan/Abr. 2019.

MONTEIRO, Anne Alencar. **Cavalos-marinhos: gestação e transmasculinidades**. In: Anais V ENLAÇANDO. Campina Grande: Realize Editora, 2017. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/30471>>. Acesso em: 05/11/2021

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade**. Sistema de Bibliotecas da UFBA, Salvador, 2015. Disponível em: < <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/19685/1/VERGUEIRO%20Viviane%20-%20Por%20inflexoes%20decoloniais%20de%20corpos%20e%20identidades%20de%20genero%20inconformes.pdf> > Acesso: 06/11/2021

VERGUEIRO, Viviane. **Pele Descolonização das identidades Trans**. In: VI Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero da ABEH. UFBA, Salvador, 2012.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ambiente acadêmico 76, 78, 82, 83, 88

Ambiente escolar 18, 67, 73, 76, 80, 82, 83, 84, 89, 92, 101, 104, 107, 113

Autismo 72, 119, 120, 121, 122, 126, 129, 130, 131, 132

B

Base Nacional Comum Curricular 102, 108

C

Comitê de ética em pesquisa 104

Componente curricular 1, 2, 102

Cor 18, 93, 94, 99

Cultura 5, 7, 14, 17, 19, 20, 21, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 45, 47, 51, 52, 73, 78, 80, 99, 111, 112, 115

D

Dança 29, 47, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109

Direitos sociais 14, 52, 133

Diversidade 15, 19, 20, 23, 26, 62, 76, 77, 79, 82, 89, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 118, 132

Diversidade cultural 93

E

Educação especial e inclusiva 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 118

Educação Física 84, 101, 102, 103, 104, 105, 108, 109

Empoderamento 22, 47, 48, 51, 52, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63

Escolas 21, 27, 67, 68, 69, 78, 80, 82, 86, 87, 89, 91, 96, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 111, 112, 114, 115, 116, 117, 123, 125, 126

Estereótipo 41

Estudo de caso 110

Estupro 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36

F

Feminismos 18, 28, 64

G

Gênero 4, 5, 6, 7, 10, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 33, 34, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 46, 49, 50, 51, 52, 56, 58, 59, 62, 63, 64, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 87,

88, 89, 90, 91, 101, 103, 104

Grupo de discussão 65, 70, 71, 73, 74

H

História oral 51, 55, 62, 64

I

Identidade de gênero 5, 10, 40, 43, 76, 77, 79, 80, 85

Inclusão 10, 21, 51, 62, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 91, 94, 95, 96, 101, 102, 103, 104, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 116, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 126, 130, 131, 132

M

Machismo 26, 56, 60, 62

Masculinidades 8, 18, 42, 59

Memória coletiva 30, 34

Metodologias ativas 3

Mito 32, 33

Movimento feminista 20, 52

Mulheres 3, 7, 16, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 48, 49, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 70, 81, 83, 90, 91, 94

Mundo da política 45

P

Pesquisa 1, 2, 3, 4, 5, 8, 9, 12, 13, 14, 16, 19, 24, 26, 27, 28, 33, 44, 51, 52, 55, 57, 65, 66, 75, 76, 78, 79, 82, 83, 91, 93, 94, 95, 99, 101, 103, 104, 108, 113, 114, 119, 122, 124, 126

Plano Plurianual de Gestão 111, 114, 117

Política educacional brasileira 124

Práticas corporais 102

R

Raça 62, 93, 94, 99

Redes sociais 7, 11, 18, 42, 43, 44, 45, 46, 49

Representações sociais 65, 66, 67, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 92

S

Serviço Social 1, 2, 12, 13, 14, 133

T

Tecnologias digitais da informação e comunicação 3

Transexualidade 14, 77, 78, 90, 92

Transfobia 76, 77, 78, 81, 82, 83, 85, 90, 91, 92

Transgênero 1, 77, 78, 79, 81, 83, 87, 89, 91

V

Violência 5, 6, 16, 25, 26, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 57, 64, 76, 81, 82, 83, 84, 85, 90, 91

Vulnerabilidade social 52, 70

🌐 www.atenaeditora.com.br

✉ contato@atenaeditora.com.br

📷 @atenaeditora

📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br



DIVERSIDADE

E INCLUSÃO SOCIAL

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

@atenaeditora

www.facebook.com/atenaeditora.com.br



DIVERSIDADE

E INCLUSÃO SOCIAL

Atena
Editora
Ano 2022